

## Tratado de Petrópolis

Gen. LIMA FIGUEIREDO  
Consultor-técnico do C.N.G.

O título acima se refere ao livro, em dois volumes, publicado pelo Ministério das Relações Exteriores, em 1954, como contribuição às comemorações levadas a efeito nesse ano, por ocasião do transcurso do 50.<sup>o</sup> aniversário da assinatura, na cidade das hortênsias, do famoso Tratado que regulou, afinal, os nossos lindes com a República da Bolívia, coroadando de êxito o labor inteligente e fecundo do nosso chanceler barão do RIO BRANCO.

Seu autor é o acadêmico CASSIANO RICARDO, homem hábil no manejo de nosso idioma e uma das expressões mais vivas da cultura nacional. Convidado pelo ministro do Exterior, na época, o douto embaixador JOÃO NEVES DA FONTOURA, explica à guisa de prefácio, porque aceitou a incumbência e escreveu o livro, apesar de não ser historiador. Saiu-se muito bem na explicação e prometeu ser objetivo e enxuto “diante das imagens que a Amazônia desperta” e citou a frase de alguém que, mirando a silhueta do Brasil, exclamara: “é êste o nosso maior poema”, lembrando que a História é o poema do homem coletivo.

A obra de CASSIANO RICARDO foi urdida em bom teor, bem planejada e apoiada em magnífica e variada bibliografia, não só de autores nacionais como estrangeiros. Dividiu seu trabalho em dois tomos. No primeiro vai da gênese da questão acreana até a consecução do Tratado de Petrópolis, esmerilhando bem os assuntos atinentes ao diploma de Ayacucho (1867), à conquista do último oeste à revolução acreana, à pendenga entre a oblíqua e a parábola, ao quisto que tentaram introduzir na América Meridional denominado “Ballivian Syndicate” e à personalidade inconfundível do agrimensor-general PLÁCIDO DE CASTRO. Foi, neste volume, suave e pujantemente desde as cabeceiras da questão até ao seu largo estuário, juntando e comentando os fatos até chegar ao Tratado de Petrópolis, cujos artigos exprimem a integral das nossas aquisições consubstanciadas não só no desejo de vivermos harmoniosamente com as repúblicas lindeiras, como de caracterizar nossas fronteiras na conformidade do direito oriundo do *uti possidetis*, princípio consagrado pelo eminente santista ALEXANDRE DE GUSMÃO. O primeiro volume da obra pode-se dizer quase perfeito, já que a perfeição é obra divina.

O segundo volume pode-se afirmar constituir a repercussão do Tratado de Petrópolis, o que sucedeu em sua conseqüência: a regularização do nosso linde estremenho com o Peru (1909), a criação do território do Acre, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a da Brasil-Bolívia, e, em decorrência desta o acôrdo sôbre o petróleo da faixa subandina e a formação do eixo transcontinental Santos-Arica. O pan-americanismo deveria constituir o *finis coronat opus*, mas corou seu livro apenas na imaginação, no arcabouço que o autor erigiu para levantar sua obra, porque na realidade seu último capítulo não está, em pujança, forma e beleza, no nível do catedrático saber do escritor de *Marcha para o Oeste*.

Da leitura da obra se conclui que o 1.<sup>o</sup> volume foi escrito com mais cuidado, com certo carinho mesmo, ao passo que no 2.<sup>o</sup> há coisas atabalhoadas, exibindo trabalho de afofado, transpirando o desejo, a pressa de concluir, de dar conta do recado.

\* \* \*

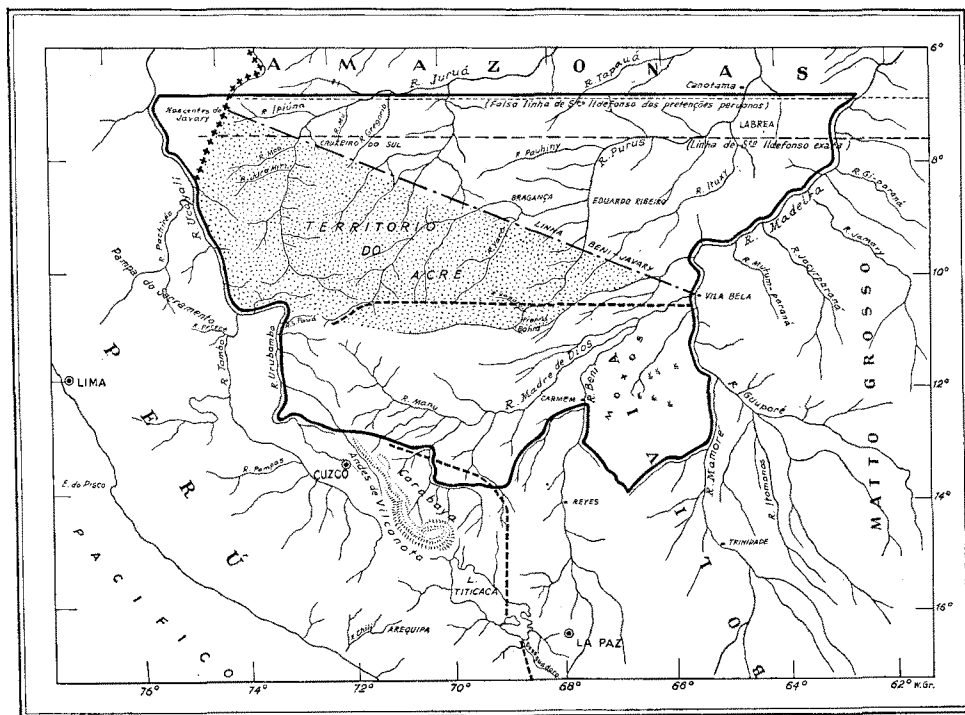
Em conjunto o livro é bom e, pelo colorido da linguagem sempre agradável do autor, dá-nos algumas horas de esplêndido deleite espiritual.

Sente-se na obra deficiência de conhecimentos geográficos, e o autor, para escrevê-la, deveria ter esticado sôbre sua mesa os mapas das regiões, a fim de que evitasse alguns deslizes observados no seu substancioso trabalho. Sendo o livro publicado pelo Itamarati, portanto sob sua responsabilidade, fácil seria remetê-lo, antes de imprimi-lo, ao Conselho

Nacional de Geografia, onde os erros geográficos seriam sanados. Se não quisesse recorrer a uma repartição estranha aos seus quadros, no Itamarati mesmo encontraria elementos capazes; há lá a Divisão de Fronteiras e competentíssimos professores que ensinam Geografia no Instituto Rio Branco, em cujo curso o conhecimento geográfico do Brasil é verificado minuciosamente.

\* \* \*

Em nota à página 155, o autor faz a junção das águas do Beni com as do Acre! O Beni é rio boliviano e, com o Mamoré, forma o Madeira. O Acre ou Aquiri é afluente do Purus. Não há motivos para erros, desde que se tenha um mapa diante dos olhos. Mas o autor claudica mesmo com o mapa em presença. Afirma êle que a Transcontinental atinge o Pacífico, depois de atravessar as fronteiras bolivianas, cortando terras do Peru e do Chile". A futura interoceânica, como se pode observar no mapa colocado entre as páginas 172 e 173, não cruza nem um centímetro de território inca, passa, isto sim, nas proximidades da fronteira peruana.



CONVENÇÕES

- TERRITÓRIO BRASILEIRO DO ACRE
- LINHA LIMITE DA ZONA LITIGIOSA
- BOUNDARY-LINE BRAZIL-PERU-BOLIVIENE

Ao invés de quatro países diretamente beneficiados, como pontificou o autor, são apenas três: Brasil, Bolívia e Chile, o Peru o é indiretamente, juntamente com o Paraguai (pág. 170, 2.º vol.).

Apesar de alguns geógrafos às vezes fazerem poesia, o ilustre poeta paulista também abusa da sua prodigiosa imaginação, quando afirma: "Hoje, pode-se dizer: iremos, de trem, de Santos, no Atlântico, a Arica, no Pacífico; e isto também não é fábula. (pág. 174, 2.º vol.). Não é fábula, mas ainda é quimera. Ainda não há caminho de ferro entre Mízque e Santa Cruz de La Sierra e, sendo a Bolívia um país de parques recursos financeiros, não se pode prever quando êsse trecho será construído. Além do mais, a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia ainda apresenta um corte no rio Grande, onde a ponte não foi levantada. Êste curso d'água, da bacia Amazônica, tem constituído um sério problema para os construtores, porque tem um regime deveras estranho: desaparece quase durante a estiagem e torna-se correntoso em períodos de enchente. Destarte dizer-se que, de trem, se pode ir de Santos

a Árica não é verdade. Muito turista poderá ler o livro publicado pelo Itamarati e aventurar-se a uma viagem transcontinental, na certeza de que somente antolhará dificuldades nas baldeações de uma ferrovia para outra, mas, quando chegar a Santa Cruz, verá o óbice, algumas vezes, conforme a época, de difícil remoção. Uma publicação oficiosa não deve pregar petas a ninguém...

Em nota à página 164 (2.º volume) o autor fala no Paraná e no Urubupungá, como se fôssem dois rios. Há o salto Urubupungá no rio Paraná e não dois cursos d'água. Torna-se mister não confundir alhos com bugalhos, máxime num livro comemorativo, numa obra que, como um marco, vem caracterizar o conceito dos pósteros sobre uma implicada questão de antanho tão habilmente resolvida.

\* \* \*

Passemos a outro ponto. Assevera o autor que "em 1864 a exploração científica de CHANDLESS, levava o intuito de *descobrir uma passagem do Acre para o Madre de Dios, velho problema da ligação das bacias do Amazonas e do Paraguai*" (pág. 82, 1.º vol.).

Não me consta que o inglês WILLIAM CHANDLESS tivesse em mira uma ligação amazono-platina, pois os conhecimentos geográficos da época já revelavam o desenvolvimento dos afluentes da direita do Amazonas, na zona litigiosa, somente até o paralelo de 12º. Apenas os formadores do Madeira-Beni e Mamoré, espicham-se muito mais para o sul. Suas galhadas hídricas mais altas têm seus manadeiros nos socalcos dos Andes e as fontes do Beni fornecem águas que cruzam as proximidades de La Paz, como se poderá verificar no mapa n.º 1 extraído do livro *Peru versus Bolívia*, do estilista-geógrafo EUCLIDES DA CUNHA.

Varar do Acre para o Madre de Dios é passar de um rio afluente do Purus, logo subfluente do Amazonas, para outro também da bacia Amazônica, pois o Madre de Dois fornece águas ao Beni, formador do Madeira juntamente com o Mamoré.

A varação platino-amazônica já era conhecida há muito tempo através do Guaporé e seu afluente Alegre para o Aguapeí tributário do Jauru que deságua no Paraguai. De há muito a transposição havia sido levada a cabo, desde MANUEL FÉLIX DE LIMA que, não podendo saldar seus compromissos na praça de Cuiabá, singrou as águas do Guaporé em demanda de Belém, e de GONÇALVES DA FONSECA que realizou o mesmo percurso em sentido contrário, a 14 de julho de 1749. Como, de que modo, iria o geógrafo inglês CHANDLESS procurar uma varação amazono-platina tão ao norte? E isto já em 1864. O autor certamente, poetou...

A assertiva do autor foi visivelmente inspirada, para não dizer copiada, em EUCLIDES DA CUNHA (*Contrastes e Confrontos*) que escreveu: "Levara-o (CHANDLESS) até lá, no trecho onde os grandes rios misturam as suas águas na anastomose das nascentes, o intento de descobrir uma passagem do Acre para o Madre de Dios — o velho problema da ligação das bacias do Amazonas e do Paraguai". CASSIANO RICARDO foi infelicíssimo dando paternidade a um trecho infeliz do magnífico autor de *Os Sertões*.

A missão do inglês era outra. Professores de nomeada, como GIBBON e HENCHIC, eram de opinião que o Purus era um prolongamento do Madre de Dios, tributário do Beni. No *Atlas da Geografia* do Peru aparecia o Madre de Dios e o Inambari, como afluentes diretos do Marañon. Tudo isto provocou muita controvérsia, muita celeuma, cuja repercussão chegou ao conhecimento da *Royal Geographical Society of London*, a qual, para dirimir as dúvidas, comissionou um dos seus mais credenciados membros — WILLIAM CHANDLESS, "para verificar a existência de tão falada comunicação do Purus com o Madre de Dios". Foi quicá em face disso que EUCLIDES falou "no velho problema da ligação das bacias do Amazonas e do Paraguai", não por considerar o Madre de Dios um contribuinte da bacia platina, mas por ele ser uma via para ir-se ao Guaporé e dêste ao Jauru. Aqui está o pensamento do estilista EUCLIDES. Todavia, como se pode verificar no mapa n.º 2 não há nem anastomose das nascentes, nem a ligação das duas bacias citadas.

Tudo não passou de um *fight imagination* de EUCLIDES que levou C. RICARDO a fazer uma afirmativa, que, sem mais explicações, se poderá considerar esdrúxula senão errada. É o que denota o trecho da página 82, abeberado em EUCLIDES DA CUNHA. (Para passar-se do Acre (rio) para o rio Madre de Dios, de modo mais fácil, basta ir-se de

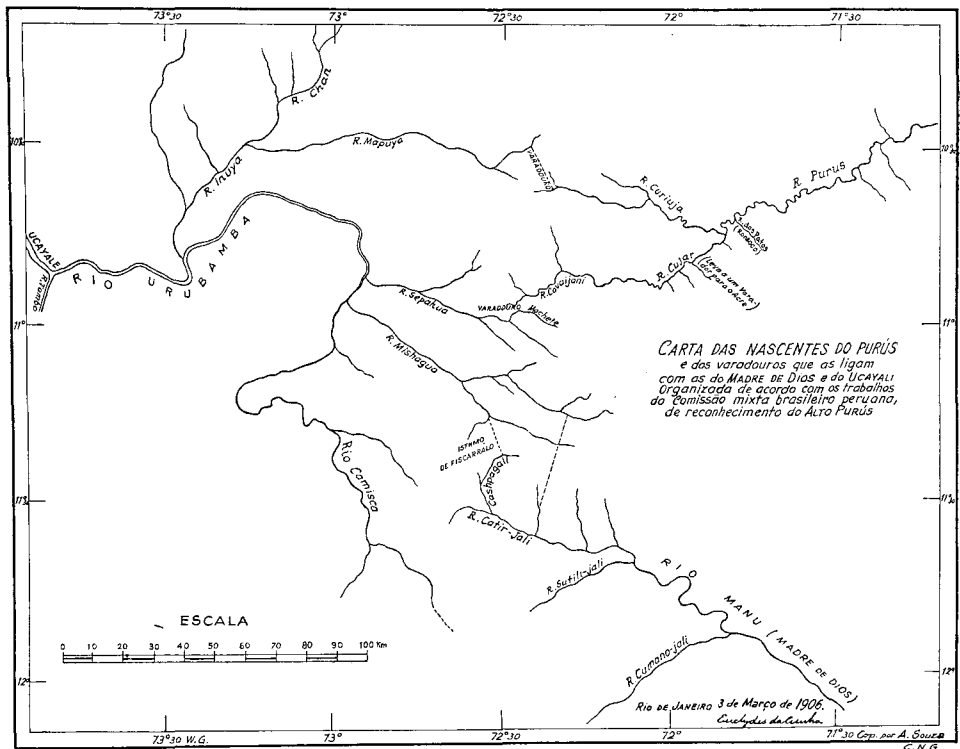
Cobjia, perto da foz do igarapé da Bahia, para o sudeste (mapa n.º 3). Mas, se a questão é passar da bacia do Purus para a do Madeira, a menor distância a varar, em rios navegáveis, é a que vai do Acre ao Abunã.

\* \* \*

Há dois pontos perfeitamente ligados ao assunto em tela que me parece necessário serem bem fixados. Um se refere aos formadores do Madeira e o outro às nascentes do Juruá e do Purus que muita gente boa julga promanam dos Andes. No que tange ao primeiro fato, o autor no 1.º volume (pág. 49), citando EUCLIDES DA CUNHA (*Peru versus Bolívia*) e transcrevendo-lhe um trecho, mostrou ser o Madeira formado pela confluência do Mamoré com o Guaporé. Os peruanos sustentaram que o Madeira é oriundo da junção Mamoré-Beni. Hodiernamente isto é matéria pacífica, sendo, aliás, adotada pelos habitantes da região. O Guaporé é afluente do Mamoré, êste, ao confundir-se com o Beni, forma o Madeira.

EUCLIDES DA CUNHA estuda o assunto até as minúcias, troca tudo em miúdos. Rezava o Tratado de Madri (1750) que da junção do Guaporé com o Mamoré, "já unidos com o nome de Madeira", a linha fronteira baixaria pelo seu curso até um ponto equidistante da citada junção e da foz do Madeira no Amazonas, do qual partiria uma linha leste-oeste até interceptar o Javari. Os peruanos deslocavam as coordenadas dêsse ponto para o norte, portanto em prejuízo do Brasil, alegando que o nome Madeira só surgia mais a jusante, na confluência do Mamoré com o Beni. (Vide mapa n.º 1).

Os portugueses levaram a melhor no Tratado de 1851; o Madeira permanece até hoje formado pela reunião das águas do Beni (os habitantes falam *bêni* e não *beni* como alguns pronunciam) — Mamoré, mas a fronteira teve outra constituição em face principalmente do Tratado de Petrópolis (1903) com a Bolívia e do de 1909, com o Peru, ficando relegadas por inoperantes as considerações anteriores.



Na parte atinente ao segundo ponto, isto é, que os rios Juruá e Purus não promanam das cordilheiras dos Andes e sim de uma "serraria deprimida e sem nome que separa as maiores bacias hidrográficas da terra", como sentenciou EUCLIDES, iremos fazer um rápido estudo que virá a propósito de uma afirmação que o autor nos dá no 1.º volume, pág. 56:

“no golpe de gênio que foi o reconhecimento do direito brasileiro (ou da coroa portuguesa) às terras conquistadas, além Tordesilhas, pelos que haviam feito o meridiano recuar até os Andes”.

Dizem que o másculo RAPÔSO TAVARES perambulou pelo coração da América Meridional e chegou mesmo a banhar suas mãos nas águas do Pacífico. É certo que PEDRO TEIXEIRA ao remontar o Amazonas, em 1637, chegou a Quito, ficando um marco atestado a posse das terras perlustradas para o seu rei, na foz do Aguarino no Napo. Todavia nada disso poderá levar-nos a firmar que o meridiano de Tordesilhas foi esticado até os Andes. O famoso meridiano foi bastante empurrado para o oeste, mas ficou apenas na linha que, hodiernamente, baliza as nossas linhas com os países colindantes. Os Andes ficam muito além, nem azulam no horizonte... O acidente geográfico brasileiro mais ocidental é o *divortium aquarum* Juruá-Ucaiale, donde surge o Javari. Esta serra do divisor que alguns chamam de Contamana, está muito longe dos Andes, quando muito se poderá dizer que ela emerge da planície andina.

Fixando o olhar no mapa n.º 2 acompanhemos o que nos relata o engenheiro AUGUSTO OTAVIANO PINTO, no seu abalizado livro *Hidrografia do Amazonas e seus afluentes*: “Em 1890, um caicheiro peruano, CARLOS FISCARRALD, descobriu o varadouro Mishaca, último dos galhos orientais do Urubamba ao Caspajali (último afluente setentrional do Madre de Dios) e passou das águas do Ucaiale para o Madre de Dios; e o istmo Fiscarrald, descoberto, mostrou a estreita faixa de terra que separa as duas imensas bacias. Completando êste estudo, lembraremos que a passagem entre o Purus e o Ucaiale foi descoberta por um lusitano, LEOPOLDO COLLAZOS. Êste navegou pelo Sepahua acima, enfiou pelos seus últimos tributários, que se esgalham até o igarapé Machete e foi surgir no Pucani, a cabeceira mais meridional do Purus”.

O assunto já vai longe e não desejo ser prolixo, em virtude de a minha intenção ser apenas a de adumbrar alguns aspectos geográficos do livro de CASSIANO RICARDO, naquilo que me pareceu falho ou não muito explícito, de modo que, nas edições futuras que irão certamente vir, possam aparecer se assim decidir o autor, sem os pequenos defeitos ora apontados, cujo número, aliás, não é grande.

• • •

Vamos então, tratar de outro assunto muito importante: a cabeceira do Javari, porque ela constituía um dos “x” do intrincado problema. Foi determinada por quatro comissões e os resultados foram os seguintes:

	Latitude S.	Longitude W.	Ano
Tefé-Blake	07° 01' 17" .5	74° 08' 27" .07	1874
Cunha Gomes	07° 11' 48" .10	73° 47' 44" .50	1897
Luis Cruls-Ballivian	07° 06' 55" .50	73° 47' 30" .60	1901
Ferreira da Silva	07° 06' 51" .02	73° 48' 04" .23	1925

Êste pequeno quadro torna-se fundamental, para quem queira hoje discutir a questão das cabeceiras do fronteiroço Javari. Infelizmente o autor do “Tratado de Petrópolis” não manuseou o relatório do almirante ANTÔNIO ALVES FERREIRA DA SILVA (1928) e, se o fez, não o relacionou em sua bibliografia. Foi pena que não o tivesse utilizado, porque assim outras teriam sido suas considerações e faria mais justiça ao grande, ao inconfundível Dr. LUIS CRULS, chefe da Comissão Brasileira de 1901.

Disse eu no meu falho e humilde *Limites do Brasil* (1936): “O velho CRULS mostrou ter fibra rija. Não houve nada que lhe entibiasse o ânimo. A cada fadiga, êle oferecia um entusiasmo novo. Pôde, afinal, o glorioso ancião terminar o “x” da questão, plantando na nascente principal do Javari um marco que representa um verdadeiro monumento à força de vontade de um homem. Contam que, na última etapa da aclivosa serra, o venerando sábio teve que ser carregado por quatro trabalhadores assentado numa cadeira improvisada. O Dr. CRULS mostrou que, na conversa com os astros, possui a inerrância de Deus, e de modo inconcusso êle acabou com o mistério das cabeceiras do rio raiano” (pág. 73).

Mas o acadêmico C. RICARDO, fazendo um livro para o Itamarati, não leu o livro que constituía, justamente, a prova real de tudo que já havia sido feito. O relatório do almirante FERREIRA DA SILVA foi apresentado em 1928; o Sr. CASSIANO escrevendo um livro

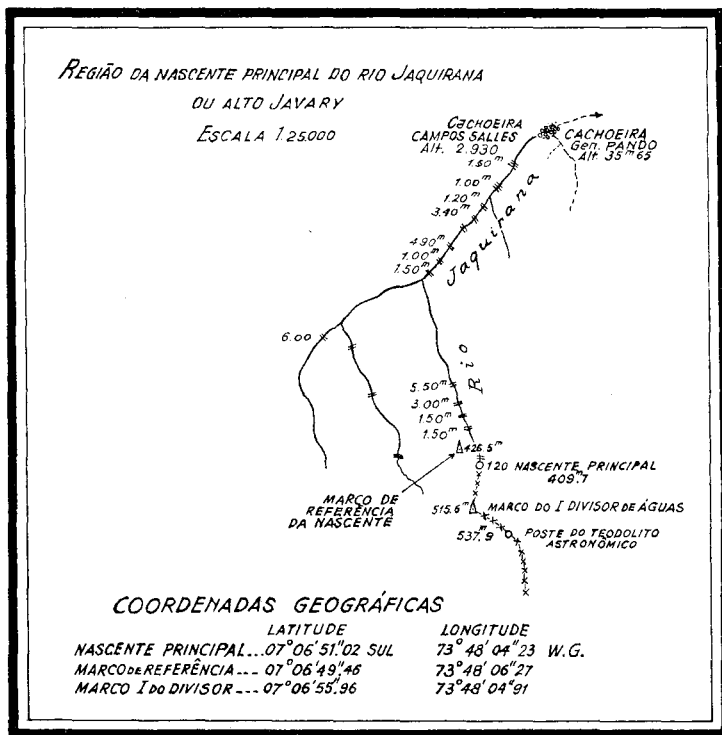
em 1954 não tinha o direito de omiti-lo, fôsem quais fôsem as razões. E, em virtude disso, o que aconteceu? — Vejamos.

Diz o autor: “Recorda-se afinal, que a nascente do Javari tinha sido localizada por TEFÉ e por CUNHA GOMES em pontos diferentes; uma terceira verificação é levada a efeito, e esta terceira verificação a localiza em outra paragem, também diferente das duas primeiras”.

Deveria êle dizer, se conhecesse bem o assunto, condição primacial para quem faz uma obra do tipo da sua, que o Dr. CRULS localizou certo o ponto, que suas coordenadas foram depois confirmadas pela Comissão Ferreira da Silva (o comandante SADOCK DE FREITAS foi o operador), em 1925, com aparelhagem moderna e novos processos de observação. Atendemos ao que diz o citado relatório (pág. 207): “Este valor (da latitude) que acaba de ser cuidadosamente determinado, está de pleno acôrdo com o adotado pela Comissão Cruls-Ballivian (média dos valores brasileiro-bolivianos) do qual difere apenas de 4",28 — divergência sem nenhuma importância em se tratando de observadores e instrumentos diferentes, e que se acha dentro do limite da divergência admissível em tais casos”.

Voltemos ao Sr. CASSIANO: “LUÍS CRULS..., achando, para a nascente do Javari, latitude diferente da assinalada tanto pelo capitão-tenente CUNHA GOMES, quanto pelo barão de TEFÉ” (1.º vol., pág. 151).

— Se achou coordenada diferente foi porque as duas primeiras estavam erradas, a de TEFÉ erradíssima, levando à conclusão de alguns que êle não sabia astronomia ou não fôra às nascentes do rio lindeiro. Deu-nos uma coordenada louca, louquíssima, verdadeiro astro fora da órbita...



Mais uma do Sr. C. RICARDO: “A natureza não era tudo. Muito menos uma linha verde, à procura de uma fonte que TEFÉ, CUNHA GOMES e CRULS situaram em três fontes diferentes: TEFÉ no centro, CUNHA GOMES mais ao sul, CRULS mais ao norte”.

— Que disparate! Basta ver o quadro que fizemos ao encetar êstes comentários. O autor deveria dizer: TEFÉ doidamente perdido para o norte e para o oeste, CUNHA GOMES erradamente ao sul e CRULS, como a virtude (para poetar um pouco) no meio, no centro, no verdadeiro lugar, como foi depois verificado.

Mais esta: “...CUNHA GOMES apresenta o seu relatório: 7° 11' 48",10 de latitude sul e 73° 47' 44",5 de longitude oeste de Greenwich. Uma decepção para os brasileiros!

Quando tôda gente ansiava que o manadoiro do rio em equação estivesse a  $10^{\circ} 21'$ , isto é, no paralelo do Madeira, havia uma diferença de dez minutos nas observações do barão DE TEFÉ. Outra decepção para os bolivianos: confirma-se que tinha havido o engano Hoonholtz e Blake, embora sem muita diferença" (1.º vol., pág. 110).

Aqui CASSIANO, consoante afirmou, valeu-se de conceitos emitidos por CASTILHO GOYCOCHÊA, em *Fronteiras e Fronteiros* e chegou a empregar a palavra *manadoiro* ao invés de *manadeiro*, quando aquela não é registrada nos léxicos e sim esta, no masculino ou no feminino. (Vide dicionários de LAUDELINO, CÂNDIDO FIGUEIREDO, CALDAS AULETE e FRANCISCO FERNANDES). Mas isso é assunto de *lana caprina* e só nela falamos *en passant*, pois o que apenas nos interessa é a parte eminentemente geográfica.

O autor achou a diferença de dez minutos de latitude encontrada entre as observações de TEFÉ e CUNHA GOMES pequena ("embora sem muita diferença"), não concordo: a diferença foi muito grande. As duas latitudes foram disparatadas. Mais tarde o velho CRULS provou, depois confirmado por FERREIRA DA SILVA, que os dois astrônomos erraram, um para mais (CUNHA GOMES) e outro para menos (TEFÉ). Quanto à longitude, o resultado do primeiro era aceitável e o do segundo totalmente absurdo.

O abalizado técnico almirante FERREIRA DA SILVA, no seu relatório ao ministro do Exterior, em 1928, fez a comparação das coordenadas geográficas da nascente do Javari obtidas por CUNHA GOMES (1897) e CRULS (1901), confirmou a obtida por êste e sentenciou: "Da comparação dos valores da latitude, encontrados pelas duas Comissões, resulta *enorme e inaceitável* divergência de  $4^{\circ} 52' .8$ ". Nem o Sr. CASTILHO GOYCOCHÊA, nem o Sr. CASSIANO RICARDO, poderiam achar pequena uma diferença de dez minutos, quando um competente mestre e experimentado astrônomo achou *enorme e inaceitável* menos da metade da diferença. Só quem não conhece o "riscado", pode fazer tais afirmações. Foi o que sucedeu.

O almirante TEFÉ cometeu maior êrro:  $5^{\circ} 38' .0$ , quando se compara sua coordenada com a da Comissão Cruls-Ballivian.

No seu interessante e preñhe de revelações *Fronteiras e Fronteiros*, CASTILHO GOYCOCHÊA formula uma questão digna de estudo. Diz êle (pág. 238): "Quem no-lo dirá, portanto, que não ocorreu um deslocamento da nascente vista por TEFÉ, no igapó que descreveu em 1874, para o lugar onde a encontraram as Comissões de 1897, de 1901 e 1926?"

"Quem poderá afirmar, com segurança, que do igapó que TEFÉ teve sob seus pés a água não seguisse por via subterrânea até aflorar mais ao sul?"

"A hipótese nada tem de arbitrária, FERREIRA DA SILVA, no seu relatório, escreveu à página 200: "Estudando o ramo formador ocidental (do Javari) verificou-se que até a estação 9 do levantamento, em uma extensão de 2 665 metros, havia água, que desaparece em baixo de uma grande pedra. Em seguida, caminhou-se em terreno baixo e coberto de fôlhas secas, na extensão de 150 metros, encontrando-se, então, uma rocha de 6 metros de altura, da qual gotejava água, que logo se infiltrou na areia".

"E, na mesma página, refere o seguinte: "O formador ocidental recebe, pela sua margem direita, um afluente pequeno, que não figura nos mapas das duas comissões anteriores. Eis como se explica a omissão cometida: o leito dêsse afluente, sêco dada a sua origem, que fica muito próxima da crista da terra, assim se conserva (isto é: sêco) na extensão de 127 metros, aparecendo então a água, por infiltração, no próprio leito".

O Javari foi considerado um rio "mysterieux presque enchanté", assim a hipótese do nobre escritor gaúcho talvez poderá vir a verificar-se, mas a coordenada de TEFÉ, em relação à atual, está tão deslocada para o norte e para o oeste que acredito haver aquêle ilustre e bravo marinheiro ter-se desviado pelas paragens ínvias de um afluente da esquerda do rio que tantas e intrincadas questões suscitou. Mas aqui fica a sugestão para o exame dos bons geógrafos...

Finalmente, mais um reparo. O autor batizou o Alto Javari ou Jaquirana com o nome de Jequitirana (pág. 105, 1.º vol.).

• • •

Devo acentuar que não examinei a obra com o fito de procurar defeitos de caráter geográfico. Apenas a li correntemente e de uma só assentada, valendo-me do estilo do autor que é deveras atraente e, à medida que fui topando coisas que não me pareciam muito certas, anotei-as para formular o presente comentário. Foi só isto que fiz.